

**TEMPOS E CONTRATEMPOS DO (ANTIR)RACISMO
NO BRASIL E EM PORTUGAL:
uma introdução**

***THE TIMES AND TROUBLES OF (ANTI) RACISM
IN BRAZIL AND PORTUGAL:
an introduction***

Cristina Matos*
Marta Araújo**

A organização de um dossiê sobre racismo e antirracismo, num diálogo entre Brasil e Portugal, enseja uma oportunidade de considerar o panorama dos debates sobre a questão nos dois países. Analisando tempos diversos e os inúmeros contratempos que se foram colocando à construção de uma agenda antirracista, este dossiê dialoga com múltiplos processos sociais, culturais e políticos que têm marcado historicamente ambos os contextos e que estabelecem os limites de um debate sempre fora de tempo.

O pós-tardio debate do racismo em Portugal e a emergência de uma agenda antirracista

Em Portugal, no final dos anos 1990, a ideia de que tardava em generalizar-se o debate sobre as desigualdades étnico-raciais estava de certa forma consensualizada academicamente (por exemplo, VALENTIM, 1997; ALMEIDA, 2000). Decorridos quase 20 anos, deparamo-nos, grosso modo, com o mesmo cenário de silêncio tanto nas ciências sociais como na esfera política. Tal coloca em evidência a persistente recusa em abordar o racismo como problema político; de forma mais ampla, revela

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB) e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, Brasil. E-mail: crisfurtado@yahoo.com.br

** Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de Londres, IoE. Pesquisadora Principal do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, professora dos Programas de Doutorado Democracia no Século XXI e Human Rights in Contemporary Societies, Portugal. E-mail: maraujoces@gmail.com

importantes continuidades históricas nos padrões de silêncio e de inércia sobre o racial no contexto dito pós-colonial.

Para melhor compreender essa questão, consideremos as principais mudanças jurídicas observadas em Portugal relativamente ao racismo no momento em que o debate era já considerado tardio. Em 1999 (através da Lei n.º 134/99, de 28 de agosto), foi criada a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), com o intuito de acompanhar e encaminhar as denúncias de discriminação. É de notar que, desde a sua constituição, a Comissão nunca teve independência, dado ser presidida pelo Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas¹, um cargo de nomeação política. Este é um aspecto que tem sido repetidamente criticado nos diversos relatórios dos organismos europeus de monitorização do racismo (como a European Commission against Racism and Related Intolerance - ECRI, o já extinto European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia - EUMC e a actual Fundamental Rights Agency - FRA que o substituiu). Esses organismos notaram também mais recentemente que os procedimentos face às denúncias em Portugal continuam demasiadamente morosos e complicados, e que parece haver falta de vontade (política) para produzir mudanças substanciais (EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2013). Outro documento jurídico de relevância foi a chamada *Directiva Raça* aprovada pelo Conselho Europeu em 2000 (Directiva n.º 2000/43/CE, 29 de junho), tendo sido transposta para o território português em 2004 (através da Lei n.º 18/2004, 11 de maio). Esta veio incorporar no quadro jurídico nacional o princípio da igualdade étnico-racial e as normas contra a discriminação já existentes. Não obstante, também o impacto desta legislação no contexto português parece ser mínimo, apesar do suposto *sucesso* das políticas públicas para a “integração de imigrantes” constantemente autoapregoadas pelo Alto Comissariado². Na verdade, o relatório de um grupo de peritos das Nações Unidas, após uma visita ao país que incluiu vários encontros com académicos e activistas e que decorreu em 2011 – Ano Internacional dos Afrodescendentes –, concluiu que:

[...] os desafios enfrentados pelos afrodescendentes em Portugal relacionavam-se principalmente com a sua falta de reconhecimento como um grupo específico na política e no quadro legal nacional; a falta de reconhecimento da sua contribuição positiva ao longo da história para a construção e o desenvolvimento do país; a falta de dados qualitativos e quantitativos desagregados por origem racial ou étnica; a existência de um círculo de pobreza, o acesso desigual à educação, aos serviços públicos, ao emprego, bem como a discriminação na administração e funcionamento do sistema de justiça; a discriminação através do uso de perfis raciais [*racial profiling*] e a violência policial; a sub-representação na política

1 Em 2000, foi criado também o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, um organismo de coordenação interministerial. Este foi renomeado Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural em 2007, e Alto Comissariado para as Migrações em 2014.

2 Ver, por exemplo: <<http://www.acm.gov.pt/-/iv-index-de-politicas-de-integracao-de-migrantes-portugal-e-um-pais-de-integracao->>. Acesso em: 3 mar. 2016.

e nos processos de tomada de decisão institucionais, bem como a falta de medidas especiais ou políticas de acção afirmativa em Portugal para pessoas de ascendência africana ou de outras minorias (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 2, tradução nossa)³

Diversos relatórios internacionais têm criticado a inação do Estado português em matéria de luta contra o racismo, destacando que as autoridades se têm recusado a publicar dados sobre a discriminação racial (por exemplo, EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2002; CONSELHO DA EUROPA, 2007). O Estado português tem alegado a impossibilidade jurídica da recolha de tais dados, dado o princípio da igualdade racial consagrado pelo artigo 13º da Constituição Portuguesa, assim como a transposição da legislação relativa à protecção de dados pessoais (pela Lei nº 67/98, de 26 de outubro) e o requerimento de medidas especiais no “tratamento de dados sensíveis” (art. 7)⁴. A solução proposta pelos organismos europeus – respeitando a legislação em vigor, e à semelhança do que tem sido praticado no Reino Unido, onde vigora a mesma legislação de protecção de dados pessoais – é a recolha de dados anonimizados e mediante o consentimento informado (EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2002, p. 17; CE, 2007: 10). Apesar da recolha de dados se ter mantido uma prioridade constante entre as preocupações levantadas pelos organismos europeus, existe um entrave político a este respeito no contexto nacional. A posição do Estado português tem sido a de tratar o racismo como um fenómeno marginal, justificando-o através da invocação das teses lusotropicalistas sobre uma identidade nacional histórica particularmente ajustada para lidar com a *diferença* (ARAÚJO, 2013; ARAÚJO, MAESO, 2016). A recusa da publicação de dados oficiais sobre as desigualdades étnico-raciais configura-se, assim, como uma estratégia política que sustém a *possibilidade* de tal posição.

Na academia portuguesa, e apesar da preponderância de uma *indústria das migrações* que tem contribuído para legitimar o *status quo* (ver ARAÚJO, 2013; MAESO, ARAÚJO, 2014), têm vindo a surgir várias propostas para contestar

3 Leia-se no original, em inglês: “the challenges faced by people of African descent in Portugal related mainly to their lack of recognition as a specific group in the national policy and legal framework; the lack of recognition of their positive contribution throughout history to the construction and development of the country; the lack of qualitative and quantitative disaggregated data by racial or ethnic origin; the existence of a circle of poverty, unequal access to education, public services, employment, as well as discrimination in the administration and functioning of the justice system; existence of racial profiling and police violence; underrepresentation in political and institutional decision-making processes, as well as the lack of special measures or affirmative action policies in Portugal for people of African descent or other minorities.”

4 Apesar disso, o Estado português publicou dados étnico-raciais sobre os alunos do ensino obrigatório, sem consentimento dos encarregados de educação nem possibilidade de autodeclaração étnico-racial, mesmo depois de aprovada a legislação de protecção de dados pessoais em 1998.

esta *consentida* ausência de conhecimento em torno do racismo institucional. Por exemplo, Cristina Roldão (2016) compilou e cruzou alguns dos dados disponíveis e que demonstram a existência de significativas disparidades no acesso a recursos por parte das populações racializadas em Portugal, designadamente em termos de um pior acesso e sucesso na educação, taxas de encarceramento desproporcionalmente altas, entre outros⁵. Outros trabalhos, designadamente os apresentados neste número, procuram dar conta dos processos sociais, culturais e históricos de despolitização do racismo através dos quais se dá a naturalização de certos silêncios – apesar de ocasionalmente interrompidos nos media e em alguns debates públicos.

Historicamente, tem sempre havido colectivos que se organizaram na luta contra o racismo e que foram construindo alternativas no terreno. Mais recentemente, a acção dos movimentos sociais de base tem adquirido maior visibilidade pública – ao qual não será alheio o contexto internacional dos últimos anos, em que o racismo assomou uma maior relevância política através dos movimentos Vidas Negras Importam (Black Lives Matter, iniciado nos EUA) Rhodes Deve Cair (Rhodes Must Fall, que emergiu na África do Sul), Porque é Branco o Meu Curriculum? (Why is My Curriculum White?, no Reino Unido), assim como outras iniciativas descoloniais. Em Portugal, o trabalho de diversos colectivos de activistas e associações antirracistas deve ser elencado como parte do esforço político de contestar o estado da nação, em áreas tão diversas como a educação, a habitação, o emprego e a violência policial. Por exemplo, influenciados pelo trabalho de Augusto Boal, o Laboratório Ami-Afro do GTO-Lisboa⁶ congrega um grupo de jovens negros e negras na área metropolitana de Lisboa que desenvolve técnicas de Teatro do Oprimido. As suas diversas produções de Teatro Fórum obrigam o interlocutor a questionar noções em torno da história colonial, escravatura, raça, identidade nacional, cidadania e racismo. Mais, as suas apresentações públicas em escolas tocam no incómodo que a dita História dos Descobrimentos gera, sobretudo naqueles que são desumanizados pelas narrativas épicas da nação. A Plataforma Gueto⁷ apostou também na educação informal, e conduziu uma série de acções de formação e consciencialização política de grande relevância junto de jovens e adultos, incluindo acções incidindo sobre a História de África e sobre o panorama nacional contemporâneo de racismo institucionalizado. É de salientar o trabalho deste colectivo sobre a violência policial, recolhendo dados nos média sobre a morte de jovens negros sob a custódia da polícia⁸ – trabalho realizado a partir do acervo do SOS Racismo, dado esta informação constituir mais um dos *desconhecimentos*

5 Para fazer a aproximação a dados sobre desigualdades raciais, Roldão teve de recorrer aos dados do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 sobre população com nacionalidade estrangeira.

6 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=0V8u9A_-laE> e <<https://www.youtube.com/watch?v=3eUVYAyZwF0>>. Acessos em: 14 set. 2016.

7 Ver: <<https://plataformagueto.wordpress.com/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

8 Ver o vídeo disponível em: <<https://youtu.be/q7IILY1Focs>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

que a academia não reconhece necessidade de investigar – e evidenciando a desproporcional vulnerabilidade das vidas negras. Deve ser também destacado o papel do SOS Racismo, que conseguiu, ao longo de mais duas décadas, através do constante apoio prestado às denúncias de racismo, produzir e disseminar um conhecimento aprofundado da maior relevância neste âmbito. Também ilustrativas das lutas no terreno são as iniciativas dos moradores do Bairro de Santa Filomena que continuam a organizar-se face aos despejos forçados de suas casas pela Câmara Municipal da Amadora através da utilização de sistemas de repressão policial violentos (MAMADOU BA, 2012). Apesar do parecer em contrário emitido pelo Provedor da Justiça em Agosto deste ano – no seguimento da queixa apresentada pelo colectivo HABITA aquando do início dos despejos em 2012 –, estas pessoas e famílias continuam sem alternativas condignas e sujeitas a condições de vida sempre precárias. Os textos deste dossiê dialogam com estes temas e lutas em Portugal, o país na Europa com um colonialismo mais tardio.

Os artigos

Os textos aqui apresentados tratam da questão do racismo em âmbitos diversos, como a academia, o discurso político, a educação, os media e o turismo. Em “O turismo e a academia da ‘Idade dos Descobrimentos’ em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no *loop* pós-colonial”, Silvia Rodríguez Maeso argumenta que a centralidade das narrativas sobre a identidade nacional, que glorificam as chamadas *Descobertas* no contexto português, está intimamente ligada ao silenciamento das lutas anticoloniais e antirracistas: isto é, a violência dos processos coloniais e de escravização é conseguida pela invisibilização das lutas contra estas formas de opressão histórica, assim como contra o racismo na contemporaneidade. Nesse sentido, o texto engaja com uma crítica da “reciclagem institucional das *Descobertas*” (como proposto por AbdoolKarim Vakil [1996]), para proceder à análise de dois contextos que se constituem como ilustrativos do debate em Portugal: o turismo e a academia. Relativamente ao primeiro, a autora nota a articulação entre iniciativas privadas e públicas por detrás da criação do Museu Mundo das *Descobertas* (World of Discoveries), na cidade do Porto, em 2014. Tendo como consultora científica uma universidade pública, o Museu apresenta-se como um espaço que proporciona uma *aventura* pela história *pioneira* dos *Descobrimentos*, apelando a que estes sejam vividos *afectivamente*. A partir de uma visita ao museu, a autora destaca vários aspectos problemáticos nas narrativas apresentadas sobre as *Descobertas*, designadamente a naturalização de uma abordagem eurocêntrica da história, a hierarquização racial dos povos mundiais que lhe está implícita e a banalização da violência na representação de certos processos (por exemplo, a escravização). Relativamente à produção de conhecimento académico, a autora nota como as décadas de 1990 e 2000 foram fulcrais para a consolidação do lugar das *Descobertas* no cânone das principais universidades públicas do país, salientando o trabalho da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (1986-2002) e as suas

ramificações, assim como as lutas que contestam esse papel privilegiado e que têm procurado interromper o *loop* pós-colonial.

O artigo “Educação para as relações étnico-raciais e combate ao racismo: imagens de livros didáticos (Portugal e Brasil)”, de Luciane Dias Gonçalves, traz para o debate a educação, que se tem constituído como um importante palco para as lutas políticas em torno do racismo. A autora analisa, em perspectiva comparada, as ilustrações dos livros didáticos contemporâneos de história no Brasil e em Portugal, dois países ligados pela história de colonialismo e escravização. A análise incide sobre uma selecção de 27 imagens realizada pelos próprios alunos (do 3º Ciclo do Ensino Básico em Portugal e do Ensino Médio no Brasil), imagens essas que demonstrariam para os mesmos a persistência do racismo nos dois contextos. Através da análise dessas ilustrações e das suas legendas, Luciane Gonçalves nota como prevalece, por um lado, uma ausência da História da África para além do contacto com o europeu através da escravização (as únicas excepções seriam encontradas nos livros brasileiros, com uma alusão à sofisticação das infraestruturas urbanas do Reino do Congo). Tal, ajuda a consagrar a inferioridade do negro (através da sua objectificação ou da representação da sua docilidade face à escravização e à “missão civilizadora” portuguesa). Por outro lado, apesar dos livros darem conta do processo violento e repressivo que constituiu a escravidão, pouca relevância (ou nenhuma, no caso português) assumem os processos de resistência conduzidos pelas próprias populações escravizadas. Tais imagens contribuem para que se naturalize o processo de desumanização do negro e para que não se questione a “brandura” do colonialismo português apregoada por Gilberto Freyre. A autora conclui que o debate sobre o racismo, incipiente em Portugal, precisa também se generalizar no Brasil, de forma que as transformações jurídico-normativas na educação – conseguidas a partir das lutas do movimento negro e dos povos indígenas – se concretizem em termos de acção pedagógica.

O artigo de Pedro Sousa de Almeida, com o título “Futebol, racismo e media: os discursos da imprensa portuguesa durante o fascismo e pós-Revolução de Abril”, permite-nos adentrar no contexto colonial português do Estado Novo (1926-1974), no qual se deu a consolidação das teses lusotropicalistas de Freyre. Incidindo sobre o futebol português, o texto analisa a cobertura jornalística nacional – quer no período colonial (tendo seleccionado os anos 1960-1974), quer após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e as independências (incidindo sobre o ano de 2014, por ocasião do falecimento de Eusébio – conhecido como Pérola Negra ou Pantera Negra) – para explorar a articulação veiculada entre as ideias de nação e raça. Em particular, o artigo de Pedro Almeida vem lançar algumas pistas sobre as continuidades históricas das narrativas coloniais nos media, reveladoras da perpetuação de um imaginário colonial e racista. Nomeadamente, nota como a figura do “atleta negro lusitano” era empregue na construção de uma noção de *portugalidade ultramarina*, a nação multirracial e multicontinental apregoada por António O. Salazar – sobretudo a partir dos anos 1960, quando Portugal constituía o “último império ultramarino europeu”. Presentemente, perduram ainda os discursos paternalistas, que tratam estes atletas como “crianças grandes” que se beneficiam da acção “civilizadora” de Portugal, assim como as narrativas

políticas e jornalísticas que glorificam as chamadas Descobertas e que perpassam a cultura popular, ainda que de forma mais subtil. Significativamente, o texto ajuda a colocar este debate em relação com o debate académico sobre racismo. Seguindo o trabalho de Ben Carrington (2010), o autor analisa a literatura sobre futebol no contexto britânico e no Sul da Europa, concluindo que é atravessada por uma visão dominante do racismo como um fenómeno que diz respeito a pessoas e grupos extremistas (isto é, o “adepto fanático”, os *hooligans* e os *ultras*). O texto contribui, assim, para um *corpus* teórico que se propõe criticar o racismo como estando nas margens do social e do político, interrogando antes a persistência histórica de governamentalidades rotineiras racializadas (HESSE, 2004) que garantem a sua permanente actualização.

Por fim, o artigo “(Pre)textos e contextos: media, periferia e racialização”, de Ana Rita Alves, leva-nos pelos incessantes processos de racialização das populações pós-coloniais na periferia da área metropolitana de Lisboa, a partir de uma análise que enleva a relevância dos bairros autoconstruídos e de realojamento para a compreensão das continuidades históricas do colonialismo. Os bairros autoconstruídos foram erguidos pelas populações africanas que refizeram as suas vidas no contexto metropolitano após as independências e que se depararam com um custo de vida incompatível com os seus baixos rendimentos laborais. Os bairros de realojamento, a solução do Estado português para erradicar os chamados “bairros de lata”, acabaram por constituir situações de segregação étnico-racial ainda mais acentuadas que as que caracterizavam os primeiros. Intervenções políticas em ambos os casos têm levado a reivindicações pelos seus habitantes, que contestam os processos (racializados) de desumanização a que têm estado sujeitos. O texto toma assim o acesso ao espaço urbano – neste caso, o espaço marginal, periférico – como um campo de batalha política, revelando os processos de segregação racial e a sua naturalização pelos media e discursos políticos desde o período após a Revolução de 1974. Tal está indissociavelmente ligado aos processos de exclusão e inclusão característicos do *Estado racial* (GOLDBERG, 2002) – com o poder de excluir da e incluir na sua protecção. Em particular, a autora dá conta da caracterização dominante dos *bairros* como espaços de ilegalidade habitados por populações que, sendo racializadas, representam vidas *não choráveis*, o que resulta na construção política destes bairros enquanto espaços onde o controlo e a repressão violenta são legitimados, por exemplo: nas acções de despejo de habitações autoconstruídas, nos processos de segregação racial no realojamento, na sobrevigilância quotidiana e na violência policial racista.

O debate sobre racismo em Portugal é, assim, *pós-tardio*: quando parecia ter finalmente chegado, ficámos ainda à espera dele – sendo sempre adiado no tempo o debate sobre poder e privilégio racial. Nesse sentido, estes textos constituem uma tentativa de interromper esse cenário de silêncio, que opera tanto pela naturalização da ausência de conhecimento como pela despolitização do racismo através de fórmulas de pagamento e trivialização (TROUILLOT, 1995), e de apontar pistas para a construção de uma agenda académica comprometida com o antirracismo.

Brasil: entre avanços e recuos

No caso brasileiro, os últimos 15 anos foram marcados por um acalorado debate acerca da questão racial. Acordos internacionais⁹ e pressões históricas dos movimentos negros (GOMES, 2012; ROCHA, NOVAES, 2013) criaram as condições para a adoção de políticas públicas comprometidas com uma agenda antirracista, e que se consolidaram sobretudo a partir de 2003, com a chegada ao poder de um governo de centro esquerda¹⁰. As históricas desigualdades sublinhadas pelos movimentos sociais negros, pensemos nos textos do Teatro Experimental do Negro - TEN, e confirmadas pelas ciências sociais brasileiras desde o Projeto Unesco, nos anos 1950 (FERNANDES, BASTIDE, 1959; PINTO, 1953; AZEVEDO, 1996) exigiram mudanças e compromissos do Estado (GUIMARÃES, 1999).

As políticas de ação afirmativa, sobretudo na educação, e mais recentemente incorporadas às contratações para o serviço público, somadas às demais medidas dessa agenda, mobilizaram a opinião pública em torno das iniquidades raciais do país, em confronto com a ideologia de um país racialmente democrático. A disputa de narrativas em torno dessas posições se desenvolve por toda a década e ganha sua síntese nas audiências públicas sobre a constitucionalidade das cotas, promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012, quando do pronunciamento deste tribunal sobre a questão¹¹.

Simultaneamente as iniquidades raciais passaram a ser investigadas, de modo mais sistemático, durante essas últimas duas décadas. Podemos entender o aumento das investigações como uma exigência da produção de informações para orientar as políticas públicas. Uma dessas publicações, o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais, 2009-2010*, por exemplo, mapeou desigualdades em quase todos os aspectos da vida da população negra: nos padrões de morbidade e acesso aos sistemas de saúde; no campo da saúde sexual e reprodutiva; na assistência social e segurança alimentar e nutricional; no acesso a previdência social; no acesso ao sistema de ensino e indicadores de proficiência e vitimização; nos acessos à justiça e políticas de promoção da igualdade racial. Essas publicações tornaram-se elementos de conhecimento e confirmação daquilo que os movimentos sociais denunciaram ao longo de todo o século XX.

A agenda antirracista do período incluiu a Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de modo a incorporar o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira no Ensino Básico. Também compõe esse cenário a criação da Secretaria de Educação, Continuidade, Alfabetização e Diversidade

9 Referimo-nos à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, ocorrida em Durban, em 2001, e à Revisão do Plano de Ação de Durban, ocorrida em Genebra em 2009.

10 Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva Lula, do Partido dos Trabalhadores - PT.

11 Os textos das audiências encontram-se disponíveis em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>>.

(Secad), no âmbito do Ministério da Educação, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Sepir, com *status* de Ministério. Foram importantes ainda: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a Lei nº 12.288, de julho de 2010, mais conhecida como Estatuto da Igualdade Racial; a Lei nº 12711/12; o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas¹², e, mais recentemente, ainda em processo de implantação, as ações afirmativas na pós-graduação, entre outras ações. A adoção dessas medidas foi marcada por confrontos acirrados em torno da origem das iniquidades: se classe ou raça/cor. O documentário *Raça*, de Joel Zito Araújo e Megan Mylan (2012), que acompanha os bastidores da negociação/aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, é uma boa via de compreensão da construção dos argumentos em cada uma das posições.

Passada quase uma década da adoção dessas políticas, os resultados passam a ser objeto de reflexão. O entusiasmo inicial dá lugar à desconfiança a respeito dos desafios da agenda e da capacidade/intensidade dos investimentos nas políticas públicas (SILVÉRIO, 2009). No campo da educação, as ações afirmativas parecem tímidas frente aos desafios de inclusão (SALES, 2014). Uma década depois da criação da Lei nº 10.639, a inclusão curricular da história e cultura africana no cotidiano escolar dos alunos brasileiros ainda está por se realizar. No campo da segurança pública, os números são alarmantes. De um lado, encarceramento em massa da população negra, do outro, assassinatos em massa de jovens negros¹³. No ano em que esse dossiê vem a lume, um golpe de Estado pode colocar em risco as conquistas adotadas. O conservadorismo crescente das elites políticas nacionais parece empenhado em revolver as conquistas dos últimos 15 anos.

Os artigos

Os artigos que tratam do contexto brasileiro enfocam temas variados, como saúde, cinema, educação e espaço urbano. Deles emerge um panorama dos embates racismo/antirracismo no país, portanto, um panorama de continuidades, mas também de mudanças e avanços. A escolha dos objetos e dos recortes permite pensar a questão em espectro ampliado – registre-se que as perspectivas variadas e as criativas escolhas metodológicas para o tratamento do tema são parte importante das contribuições que este dossiê pretende oferecer aos leitores.

O artigo de Laura Cecília Lopez, “Corporificação e territorialização das religiões afro-brasileiras no Sistema Único de Saúde”, por exemplo, toma o campo da saúde como objeto de reflexão. Resultado de pesquisa de cunho qualitativo, o texto busca pensar “o hospital como encruzilhada”, a partir das relações entre corpo, saúde e doença. Nesse sentido, reflete sobre a presença das religiões afro-brasileiras

12 O voto do relator Ricardo Lewandovsky encontra-se disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/adpf-186-voto-ministro-ricardo.pdf>>.

13 Mapa da Violência disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf>.

no contexto hospitalar. O texto ganha maior relevo se pensarmos que o racismo institucional é uma realidade presente nos serviços de saúde brasileiros, já tendo sido reconhecido pelo Estado, que lançou, em 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Entender quais mudanças essa política produziu é uma das possibilidades que este artigo nos oferece. A partir dos conceitos de corporificação e territorialização, o artigo se debruça sobre as articulações entre movimento negro e campo da saúde, permitindo entender as articulações aí construídas e como as pressões do movimento negro mudam as feições dos serviços de saúde oferecidos à população negra. Além disso, ao pensar questões como a territorialização de outras religiões no campo da saúde, nem sempre explicitadas, mas comumente presentes, oferece elementos para pensar a ausência das religiões afro-brasileiras nesse espaço. Como sublinha a autora: “a presença de religiões católica e evangélicas encontrava-se territorializada e corporificada no hospital de várias maneiras: na sua arquitetura (no caso da religião católica, com a capela) e no trânsito de lideranças católicas e evangélicas através do voluntariado”. Como informa uma mãe de santo, “o último a ser convidado foi a religião de matriz africana”. E, nesse caso, “foi demandado pela militância de várias lideranças afro-religiosas inseridas na discussão de políticas afirmativas dentro do grupo hospitalar”. Em outra frente, comprometida em “levar a sério as filosofias políticas expressas por nossos interlocutores”, a autora explora a questão da corporificação na relação entre corpo, saúde e doença no âmbito das religiões afro-brasileiras, refletindo sobre a complexidade dos processos de cura, “que desconstituem as oposições biomédicas entre ciência, crença, corpo e espírito, e acolhem também outros encadeamentos religiosos...”.

De autoria de Luis Felipe Kogima Hirano, “Imagens de ‘má’ vizinhança: *It’s all true*, de Orson Wells, e a desconstrução racial da forma cinematográfica” trata da produção de representações raciais no cinema, tendo como objeto de análise o clássico inacabado do diretor norte-americano. O artigo tem o mérito de conjugar, simultaneamente, o contexto brasileiro e o norte-americano no que se refere à produção cinematográfica, e se junta a outros trabalhos que têm se dedicado a pensar a dinâmica das relações raciais no cinema brasileiro (CARVALHO, 2006, STAM, 2008, RODRIGUES, 2001). Num cenário de negação do Brasil, em termos da distância entre sua composição étnico-racial e a representação desta composição nas formas artísticas, sobretudo teatro, cinema e teledramaturgia, aspecto já apontado pelo Teatro Experimental do Negro nos anos 1940, o texto de Hirano é um importante instrumento de leitura dessa ausência. A partir do interessante conceito de “segregação na forma cinematográfica”, o autor explora a “cristalização das relações raciais segregadas como um princípio estruturante da narrativa fílmica” usada nos EUA, sob a vigência do código Hays, e que repercute no Brasil pela produtora de filmes Cinédia. O ambiente da política da boa vizinhança ensina a vinda do cineasta americano ao Brasil, e permite a Hirano mostrar a convergência de perspectivas entre o governo brasileiro, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, e o governo americano, no que diz respeito ao tratamento da questão racial. Ainda que sem a vigência de um código expresso de segregação como o Hays, o Brasil acata o mesmo padrão segregacionista. Síntese dessa operação é o tratamento dado a Grande Otelo, como mostra Hirano. Interlocutor privilegiado de

Welles, ele é estrela do Cassino da Urca, mas não pode entrar pela porta principal e nem sentar-se à mesa no salão principal, apesar da inexistência de um código oficial de segregação. O autor é muito feliz ao mostrar como a imprensa brasileira da época faz coro à exclusão da população negra, e suas manifestações, da produção de Welles. Nesse sentido, cumpre destacar que, metodologicamente, o autor trabalha com um farto arsenal, cotejando o material produzido/usado por Welles (roteiros, argumentos, pesquisas por ele encomendadas, relatos de colaboradores, pesquisadores, entre outros), o que possibilita ao autor construir uma argumentação convincente em relação aos mecanismos que impediram a finalização do filme. O texto tem ainda a virtude de tratar do processo de conversão de símbolos étnicos em nacionais, refletindo, a partir do caso em questão, sobre os mecanismos de seleção, exclusão e ressignificação que neles operam.

O artigo de Maximiliano Duarte, “Diálogos pendientes: la incidência de la esclavitud em la construcción social de la favela”, toma o campo de produção acadêmica sobre as favelas como objeto de investigação. Propondo que grande parte da produção sobre esse espaço urbano ignorou, como dado fundamental da compreensão, a escravidão e as formas de segregação que ela ensejou, sobretudo a espacial, o artigo percorre, de modo crítico, as abordagens funcionalistas e higienistas, bem como as abordagens mais contemporâneas. A primeira, a funcionalista, entendendo a emergência das favelas como disfunção do tecido social e urbano, ignorou a escravidão como dado de construção, por excelência, desse espaço. A explicação higienista, por outro lado, repetiria a fórmula da amnésia, ao pensar a segregação como parte de um projeto de limpeza do espaço urbano, mas dissociando a discussão da experiência de mais de 300 anos de escravidão. Nesse percurso, Duarte vai demonstrando que a sociologia urbana brasileira tem lido a favela sobretudo como problema social, um fenômeno em tudo oposto a ordem, e se ocupou pouco da questão racial enquanto dado explicativo da exclusão, afastando do debate a moldura histórica que a produziu, a escravidão. Outro aspecto interessante é que o texto acaba sendo também um percurso pela formação das ciências sociais brasileiras e seus cânones, como escolas e matizes teóricos.

O artigo “Da teoria ao ato: refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo” trata dos desafios envolvidos no processo de realização, em ato, como sugere o título, de uma agenda antirracista no contexto da universidade pública brasileira. Elio Chaves Flores, Solange Rocha, Marco Aurélio Paz Tella e Cristina Matos analisam um projeto de multifrentes (formação, organização de arquivo digital e publicações didáticas) que coordenaram. Ao longo do texto, refletem sobre as demandas históricas do movimento negro, sobretudo no campo da educação, e que ensejaram as políticas públicas de combate ao racismo, das quais o próprio projeto analisado é tributário. A experiência de cada uma das frentes do projeto é pensada considerando o debate sobre reconhecimento e educação. As realizações e os desafios de cada uma dessas experiências oferecem elementos para a compreensão da complexidade das relações raciais no país e de uma agenda de combate a ele. É interessante perceber, por exemplo, como um curso de formação afeta as interpretações dos alunos sobre a etiqueta racial brasileira e os padrões de comportamento em relação à raça, bem como as críticas que fazem a uma educação

ainda parcial, uma vez que permanece omissa, apesar da Lei nº 10.639/03, em relação à história e a cultura africana e afro-brasileira.

O dossiê se completa com uma entrevista a Vagner Gonçalves, antropólogo e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), autor de clássicos como *O antropólogo e sua magia*. Pesquisador com larga experiência no campo das populações africanas e afro-brasileiras, sobretudo das religiões afro-brasileiras, Gonçalves reflete sobre sua trajetória de formação e de atuação. Nesse relato, oferece uma contribuição importante à reflexão sobre temas candentes do cenário nacional, tais como: o lugar das pesquisas sobre cultura africana e afro-brasileira nas universidades brasileiras; a crescente intolerância religiosa neopentecostal contras as religiões afro-brasileiras – lida por ele como uma das expressões do racismo brasileiro –; e o papel da “mão negra” na produção estética nacional.

Aos interessados no debate, desejamos uma ótima leitura.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale. **Um mar da cor da terra**: “Raça”, Cultura e Política da Identidade. Oeiras: Celta, 2000.
- ARAÚJO, Marta; Maeso, Sílvia R. **Os Contornos do Eurocentrismo**: Raça, História e Textos Políticos. Coimbra: Almedina, 2016.
- ARAÚJO, Marta. Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In: CAPETILLO, Jorge A.; JACOBS, Glenn; KRETSEDEMAS, Philip A. (org.). **Migrant Marginality: A Transnational Perspective**. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 27-46.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - AG-ONU. **Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its eleventh session**: mission to Portugal, 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session21/A-HRC-21-60-Add1_en.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa sociedade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: Edufba; EGBA, 1996.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- CARRINGTON, Ben. **Race, Sport and Politics**. The Sporting Black Diaspora. London: Sage, 2010.
- CARVALHO, Noel dos Santos. **Cinema e representação racial**: O cinema negro de Zózimo Bubul. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CONSELHO DA EUROPA. Advisory Committee on the Framework Convention for the Protection of National Minorities. **Opinion on Portugal** (adopted on 6 October 2006; ACFC/OP/I(2006)002), Estrasburgo, 2007. Disponível em: <www.coe.int/t/dghl/monitoring/minorities/3_fcnmdocs/PDF_1st_OP_Portugal_en.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.
- EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE - ECRI. **Fourth report on Portugal**. Strasbourg: Council of Europe, 2013.
- _____. **Second report on Portugal**. Strasbourg: Council of Europe, 2002.
- GOLDBERG, David Theo. **The Racial State**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, sept. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 out. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HESSE, Barnor. Im/Plausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.

MAESO, Silvia Rodriguez; ARAÚJO, Marta. The Politics of (Anti-)Racism. Academic Research and Policy Discourse in Europe. In: HUND, Wulf D.; LENTIN, Alana (org.). **Racism and Sociology - Racism Analysis | Yearbook 5**. Berlin: Lit-Verlag, 2014. p. 207-237.

MAMADOU BA. Bairro de Santa Filomena, atua a polícia onde falhou a política. **EsquerdaNet**, 23 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/opiniao/bairro-de-santa-filomena-atua-pol%C3%ADcia-onde-falhou-pol%C3%ADtica/25614>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

PAIXÃO, Marcelo et al. **Relatório anual da Desigualdades Raciais, 2010-2011**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PINTO, Luis de A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Nacional, 1953.

ROCHA, Solange; NOVAES, José A. da Silva. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista daABPN**, Florianópolis, v. 5 n. 11, p. 55-82, jul./out. 2013.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ROLDÃO, Cristina. Os afrodescendentes no sistema educativo, comunicação apresentada nos **Encontros Mensais sobre Experiências Migratórias**, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 27 de abril de 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço. **Tomo, Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia**, Sergipe, n. 24, p. 37-84, 2014.

SILVÉRIO, Valter R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene. **Caminhos convergentes**. Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: F. Heinrich Boli; ActionAid, 2009.

STAM, Robert. **Multiculturalismo tropical: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

VAKIL, AbdoolKarim. Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese 'Discoveries' and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926. In: MAR-MOLINERO, Clare; SMITH, Angel. **Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula**. Oxford: Berg, 1996. p. 33-52.

VALENTIM, Joaquim. **Escola, Igualdade e Diferença**. Porto: Campo das Letras, 1997.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO/Cebela, 2016.

Filme

RAÇA. Direção: Joel Zito Araújo e Megan Mylan. Príncipe Productions e Casa de Criação Cinema; 104 min, 2012.

Recebido em 01/10/2016

Aceito em 30/10/2016